



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

## **ATENDIMENTO À FAMÍLIA DA PESSOA COM ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO**

VIVIANE TRAMONTINA LEONESSA,  
Universidade Estadual de Londrina-PR e NAAH/S<sup>1</sup>  
MARIA CRISTINA MARQUEZINE,  
Universidade Estadual de Londrina-PR<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Embora o maior investimento na área das Altas habilidades/Superdotação (AH/SD) no Brasil tenha ocorrido tardiamente, com a criação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S, a partir do ano de 2005, a obrigatoriedade do atendimento a esta população está garantido desde a década de 70 do século passado, através da Lei 5692/71 (BRASIL, 1971), da Constituição Brasileira, de 1988, no artigo 208 (BRASIL, 1988) e nas leis subsequentes: LDBEN nº 9394/96 (BRASIL, 1996), Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e o Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011). Tais documentos indicam o reconhecimento da necessidade de investimentos na educação especial, dentre elas a área de altas habilidades/superdotação (AH/SD).

Até o ano de 2005, as ações voltadas para o atendimento à pessoa com AH/SD era reduzida a algumas regiões brasileiras. A partir da proposta do Ministério da Educação – MEC, em parceria com a UNESCO, de implantar os NAAH/S nas Unidades Federativas e Distrito Federal é que se pode observar o real delineamento de uma política educacional voltada a essa população. Atualmente, os NAAH/S são reconhecidos como referências para o atendimento aos alunos com AH/SD. (PÉREZ; FREITAS, 2009).

Conforme o Documento Orientador: Execução da Ação (BRASIL, 2006), o NAAH/S não é apenas um serviço baseado em modelos já estabelecidos, mas um espaço para a reflexão e elaboração de ações de implementação das políticas de inclusão, tendo como objetivo:

[...] atender os alunos com altas habilidades/superdotação; promover a formação e capacitação dos professores e profissionais da educação para identificar e atender a esses alunos; oferecer acompanhamento aos pais dessas crianças e à comunidade escolar em geral, no sentido de produzir conhecimentos sobre o tema e disseminar informações e colaborar para a construção de uma educação inclusiva e de qualidade (p. 11).

Para que se possa formar uma unidade, o MEC propõe que todos os NAAH/S tenham a mesma denominação e utilizem o mesmo logotipo, acatando também a estrutura proposta para o serviço, que é oferecer as três unidades de atendimento: a Unidade de Atendimento ao Aluno, a Unidade de Atendimento ao Professor e a Unidade de Apoio à Família. Cada

<sup>1</sup> Mestranda em Educação, email: vivitramontina@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação, email: mcrismarquezine@gmail.com



unidade deverá ter funções e profissionais específicos, conforme o Documento Orientador de implantação dos núcleos (BRASIL, 2006).

A Unidade de Apoio à família, objeto de estudo nesta pesquisa, consiste em “[...] prestar orientação e suporte psicológico e emocional à família, com vistas à compreensão do comportamento dos seus filhos, melhorando as relações interpessoais e incentivando o desenvolvimento das potencialidades dos alunos [...]” (BRASIL, 2006, p. 25).

De acordo com o mesmo Documento, para a concretização dos objetivos, os NAAH/S deverão estabelecer parcerias com universidades, associações, institutos, empresas e instituições que realizam pesquisas e trabalhos na área das AH/SD para a oferta de projetos, pesquisas, cursos e atividades com os alunos, professores e pais.

Até o final do ano de 2010, o atendimento ao aluno com AH/SD no município de Londrina ocorria exclusivamente nas salas de recursos específicas para essa população. O NAAH/S do Paraná, situado no mesmo município, era representado por uma profissional que atuava no Setor de Educação Especial do Núcleo Regional de Educação de Londrina - PR.

Após a publicação da Resolução nº 3059/2010 – GS/SEED da Secretaria de Estado da Educação que autorizou o funcionamento do NAAH/S, foi possível estruturar uma equipe para o atendimento aos alunos com AH/SD, sua família e professores.

Em pesquisa realizada por Moreira e Lima (2012) que investigaram o processo de implantação dos NAAH/S e a relação destes com as universidades, por meio de pesquisa de campo e levantamento das teses e dissertações em banco de dados da Capes, periódicos indexados no Scielo, trabalhos apresentados nas reuniões da ANPED, encontros nacionais do ConBraSD e site do MEC, não foi identificado pesquisas ou relatórios que indicassem parcerias entre os NAAH/S e as universidades. Também não foram observadas pesquisas relacionadas aos trabalhos realizados neste serviço especializado. As autoras destacam “o quanto a implementação de políticas públicas consistentes deve passar por um processo de acompanhamento e avaliação, para que os princípios teóricos tão bem descritos não se percam [...]”. (p.152).

Cianca, Lyra e Marquezine (2010) e Pérez (2006) apontam que ainda são poucos os estudos nos programas de pós-graduação *stricto sensu* e insuficiente a bibliografia especializada sobre AH/SD, havendo necessidade de maior incentivo no âmbito científico, nas políticas públicas e formação profissional.

Acrescenta-se a importância de pesquisas científicas sobre o NAAH/S – como já destacado por Moreira e Lima (2012) – que possam acompanhar, avaliar e apresentar propostas que contribuam para o enriquecimento de suas ações, o desenvolvimento do serviço e para a disseminação do conhecimento da área.

A ausência de tais pesquisas pode influenciar negativamente em todas as esferas da área de AH/SD, ou seja, nos atendimentos ao aluno, à comunidade escolar e à família, pois dificulta a criação de novas formas de atendimento e de compreensão do objeto de trabalho, podendo até mesmo levar a uma atuação mais voltada para o conhecimento do senso comum do que baseada em pressupostos científicos, caso não seja ofertado também a possibilidade de formação continuada aos profissionais.

Observa-se que uma das grandes dificuldades na área é a adoção de um único termo que defina a pessoa que apresenta uma capacidade superior. Além de ser um assunto bastante discutido pelos estudiosos da área, há uma variedade de nomenclaturas que são utilizadas em artigos científicos, publicação em revistas, jornais, livros e também nos documentos oficiais.



Em pesquisa realizada por Rangni e Costa (2011), procurou registrar quais eram os termos utilizados pelos autores de artigos publicados na Revista de Educação Especial de Santa Maria/RS, em seu título e palavras-chave, para denominar pessoas com AH/SD. Os resultados indicaram que os autores, por vezes, utilizavam a mesma nomenclatura no título e nas palavras-chave, mas em outros momentos eram incoerentes, utilizando diferentes terminologias. O uso de várias nomenclaturas para denominar a pessoa com AH/SD leva a dúvidas, más interpretações e confusões, contribuindo para o descrédito da área e a diminuição dos serviços prestados a esta população, que já é ínfima.

Chagas (2007) destaca que “essa variedade de conceitos e definições, somada aos mitos e ideias preconceituosas, constitui uma das dificuldades para o estudo do tema e para a ampliação de um atendimento adequado ao superdotado, apesar dos notáveis avanços na área nas últimas décadas” (p.15).

Para melhor compreensão sobre quem é o aluno e a família atendida no NAAH/S, considerou-se neste estudo a utilização da nomenclatura “Altas Habilidades/Superdotação”, adotada pelo Ministério da Educação e descrita na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). São considerados alunos com AH/SD:

[...] os que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresenta elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (p. 15).

Acredita-se que o presente estudo contribuirá para reflexões sobre a temática e a formação de recursos humanos em educação especial, principalmente na área das AH/SD.

## **OBJETIVO**

Compreender, a partir da opinião de pesquisadores da área de altas habilidades/superdotação (AH/SD), suas percepções sobre o atendimento à família de alunos com AH/SD, tendo a Unidade de Apoio à Família dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/ Superdotação (NAAH/S) a principal referência nesse serviço.

Como objetivos específicos, o presente estudo pretendeu, a partir da opinião dos participantes:

- Levantar os principais objetivos do atendimento à família que possui um filho com AH/SD;
- Observar as principais facilidades, necessidades e dificuldades vivenciadas pelo profissional da Unidade de Apoio à Família.

## **MÉTODO**

Descrição dos Participantes: Participaram do estudo duas pesquisadoras da área de AH/SD, com idade média de 40 anos, ambas discentes de um programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL. A participante nº 1 (P1) tem formação em pedagogia, especialização em psicopedagogia e educação especial e atua profissionalmente na área de AH/SD. A participante nº 2 (P2) é psicóloga com especialização em educação especial e também possui experiência profissional na área de AH/SD.



Ambiente de coleta de dados: A coleta de dados ocorreu em uma sala de aula de um colégio estadual localizado na região central de Londrina, onde é ofertado atendimento educacional especializado a alunos com AH/SD.

Instrumentos e materiais: Para a coleta dos dados, foi utilizado um gravador digital tipo repórter e um roteiro de entrevista semiestruturado, constituído de doze questões distribuídas em cinco temas gerais: (1) atuação do participante na área de AH/SD, (2) o atendimento a família do aluno com AH/SD, (3) o conhecimento do entrevistado acerca do NAAH/S, (4) o trabalho a ser realizado na Unidade de Apoio à Família nos NAAH/S e (5) o profissional responsável pelo trabalho na Unidade de Apoio à Família. Ao final da entrevista, foi dada a oportunidade das participantes acrescentarem informações consideradas por elas relevantes, sendo também coletados alguns dados pessoais das entrevistadas, como nome completo, idade, formação profissional e local de atuação profissional.

Procedimento de coleta dos dados: Inicialmente a pesquisadora entrou em contato com as participantes para o convite e agendamento da entrevista. No momento da coleta de dados, foi solicitada a autorização para a gravação da entrevista e o consentimento para uso das mesmas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas na sua íntegra. O tempo médio das gravações foi de dezenove minutos.

Procedimentos de análise: As falas das entrevistas foram agrupadas em categorias de análise, criadas a partir dos conteúdos das respostas apresentadas nas questões (LÜDKE e ANDRÉ, 1986) e receberam análise qualitativa, conforme Bardin (1977).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As primeiras questões direcionadas às entrevistadas neste estudo foi sobre a participação em pesquisas ou serviços voltados para família do aluno com AH/SD. Somente uma participante relatou ter experiência no atendimento aos pais de alunos superdotados e também em pesquisa monográfica no curso de especialização em educação especial, como destacado na fala a seguir:

*Sim. Quando eu fiz a minha pós em educação especial, o tema da minha monografia foi “A família do aluno com AH/SD: características especiais”. Então eu fiz uma busca à referência bibliográfica sobre características das famílias. Dessas famílias. (P2)*

Durante seu relato sobre a pesquisa monográfica, a participante destacou a baixa produção literária sobre o tema pesquisado, afirmando que teve como referencial teórico apenas duas obras, sendo uma coleção lançada pelo MEC, com produções de alguns pesquisadores brasileiros e outra obra de uma pesquisadora norte-americana, da Universidade de Harvard.

*Bom, primeiro eu percebi uma grande dificuldade em achar material específico sobre a família do aluno com altas habilidades/superdotação. Eu encontrei a pesquisa da Winner, de 1998, que ela cita seis generalizações a respeito da família desses alunos, eu utilizei também o volume do MEC que fala sobre a família, me baseei bastante nos autores que escreveram os capítulos, e*



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

*realmente eu encontrei os dados que indicam que realmente tem características especiais nessas famílias [...] (P2).*

Em pesquisas realizadas por Pérez e Freitas (2009), discutiu-se a dificuldade em encontrar literaturas que apresentem estudos mais específicos sobre AH/SD, visto que:

As publicações, embora em número cada vez maior, ainda são bastante tímidas, se considerarmos as necessidades crescentes, em termos de formação de profissionais; os temas abordados pelas publicações que, até agora, em sua maioria e devido à própria escassez, ainda incursionam pelos aspectos fundamentais da área, como a concepção e as características básicas das pessoas com AH/SD, e à pouca disponibilidade dessas publicações no território nacional e nas bibliotecas universitárias. (p. 13-14).

Sobre a atuação profissional com famílias de alunos com AH/SD, a participante relatou sobre o atendimento voluntário para pais de alunos atendidos nas salas de recursos de AH/SD, época em que o NAAH/S de Londrina - PR ainda não tinha autorização no estado para seu funcionamento. As falas a seguir, retratam como eram os encontros e as dificuldades vivenciadas.

*É, era uma vez por mês, então a gente enviava o aviso através dos alunos, né, desses filhos, pra que esses pais viessem. E era livre, é (pausa) então, uma minoria comparecia, né, foram alguns encontros, eu não me lembro certamente, mas eu tenho a impressão que três ou quatro, e eram conversas com esses pais no sentido de tirar dúvidas. (P2)*

*Eu não consegui avaliar, na verdade, porque no primeiro encontro houve um número importante de pais, no segundo diminuiu, no terceiro diminuiu mais um pouco, então, eu não consegui. Então eu já não sei se foi a forma como eu conduzi esse trabalho ou se essa é uma dinâmica própria dessas famílias, ficou faltando essa avaliação realmente. (P.2)*

*[...] a dificuldade financeira, por exemplo, eles às vezes não têm dinheiro pro ônibus, pra vir pras reuniões, né, agora eu me lembrei, acho que esse era um dos motivos também que eles não vinham depois, à noite, depois das seis, era difícil. (P2)*

Além dos motivos que dificultaram o maior envolvimento das famílias neste atendimento, é importante observar o quanto os pais estão envolvidos na educação do filho ou se de alguma outra maneira, provavelmente por meio dos professores das salas de recursos, já receberam informações ou orientações que sanaram suas dúvidas ou dificuldades, e consideraram que sua participação no grupo de pais seria desnecessária ou pouco produtiva.

Quando questionadas sobre qual seria o papel da família, no trabalho pedagógico oferecido aos seus filhos com AH/SD, temos as seguintes respostas:

*O papel da família no trabalho pedagógico? É, eu entendo que assim, o trabalho da família é apoiar, é proporcionar as possibilidades pra que esse aluno receba da equipe pedagógica especializada o atendimento necessário. Então é essa família estar presente, essa família estar atuando junto no sentido de estar próximo, perto,*



*levando esse filho nos lugares de interesse ou sugeridos por esse grupo de trabalho pedagógico que vai estar inserido e frequentando. Então se esses pais se omitirem ou deixarem os filhos sozinhos, o trabalho pedagógico da equipe pode ficar comprometido. Então eu acredito sim, que é importante a participação da família no desenvolvimento do trabalho pedagógico com os alunos superdotados. (P1)*

*Sim, e acho que manter contato com o NAAH/S, inclusive pra saber como que o filho está se desenvolvendo, como é que é o trabalho desenvolvido, acompanhar, de repente, o portfólio do filho. Nesse sentido. (P2)*

Observa-se que as falas acima estão de acordo com o Decreto nº 7.611/2011, no seu parágrafo 2º ao citar que:

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2011).

Supõe-se, a partir das falas das participantes, que o envolvimento da família não é tão frequente, visto que sua participação em reuniões não é assídua e em massa. Faz-se necessário melhor investigação sobre a participação da família em outras situações em que a escola, ou o serviço especializado, solicita sua presença, como reuniões de pais e reuniões individualizadas, para que se confirme ou refute tal hipótese.

Quando se pensa na família que possui uma pessoa com AH/SD, é importante reconhecer quais são as suas dificuldades diante dessa realidade. Na opinião das entrevistadas, as principais dificuldades dos pais são: a dificuldade financeira, que pode impedir o deslocamento do filho para o atendimento especializado e atividades fora da escola; a dificuldade em enfrentar os mitos e preconceitos; de lidar com as próprias expectativas ou até mesmo em aceitar que o filho apresenta AH/SD. Também foram destacados outros problemas familiares não relacionados às características dos filhos, como o alcoolismo, drogadição, abusos físicos, morais e sexuais. Alguns trechos das entrevistas ilustram as principais dificuldades:

*Eu acredito que, (pausa) para os pais, a nossa prática tem mostrado que nem todos eles, primeiro, têm coragem de afirmar ou de aceitar que o seu filho seja superdotado. Eu acredito que pelo estereótipo que envolve, pelos mitos, pela carga pesada que tem em torno da superdotação, onde o superdotado é aquele suposto gênio, aquele que dá conta de tudo, essa carga emocional(...) Então eu afirmar que o meu filho é superdotado, é, é um legado bastante difícil de sustentar, então é melhor eu olhar de lado, dizer que ele é bom nisso, que ele é bom naquilo, mas utilizar a expressão de que o meu filho é superdotado, é mais complicado. É. (P1)*

*Bom, eu acho que, assim, têm dois perfis de pais. Tem aquele que, é, quer se resolver a partir da habilidade do filho, que eu acho que é*



*uma minoria, então, por exemplo, eu não pude tocar piano, então eu vou influenciar meu filho pra que ele toque. Então eu fui mal resolvido e então meu filho vai realizar esse meu desejo e de repente colocar a vontade dele ou muitas vezes sufocar esse filho com os seus desejos e (pausa) e o outro tipo de pai é aquele que não reconhece, de repente, a habilidade do filho, “não, mas é normal o que ele faz”, né, talvez porque ele também tenha altas habilidades e não se reconheça, então é como se aquela cultura familiar pra eles fosse uma coisa natural, é, se desenvolver dessa forma. Se ele não reconhece que o filho tem altas habilidades, será que ele vai estimular o desenvolvimento? (P2)*

Vários autores afirmam que quando os pais tomam conhecimento sobre os indicativos de AH/SD no filho, ficam inseguros e ansiosos frente à possibilidade do filho ser diferente das outras crianças e de necessitar de um atendimento educacional especializado. Associado aos pré-conceitos e mitos que envolvem a área das AH/SD, as dúvidas e dificuldade de reconhecimento das características e necessidades do filho são ainda mais intensificadas. (ASPESI, 2007; SILVA, FLEITH, 2008; SAKAGUTI; BALSANELLO, 2012).

Muitos pais podem apresentar baixa ou excessiva expectativa frente à potencialidade e talento do filho, prejudicando seu desenvolvimento cognitivo, emocional, pessoal ou social. Para Sakaguti e Balsanello (2012) a informação e orientação aos pais e familiares poderá modificar a compreensão que estes possuem sobre AH/SD, visto que,

[...] a história familiar dos pais, os sentimentos, as crenças e os valores parentais são fatores socioculturais que vão influenciar o modo como a família concebe as Altas Habilidades/superdotação (AH/SD), e por consequência, a maneira de lidar com os filhos superdotados. (p. 222).

A organização familiar também sofre mudanças significativas, como por exemplo, a dedicação dos familiares às necessidades do filho, a disponibilidade de investimentos financeiros, sociais, educacionais e profissionais. Frente a tantas inseguranças, mudanças na rotina, necessidades e dificuldades vivenciadas pela família, a oferta de um serviço que apoie e oriente essas famílias é de grande valia.

Para as participantes da pesquisa, a Unidade de Apoio à Família dos NAAH/S deve alcançar alguns objetivos que envolvem o atendimento não apenas da família, mas do aluno, da escola e dos professores das salas de recursos que possam estar vivenciando alguma dificuldade. As falas a seguir, ilustram os objetivos desse atendimento:

*É, eu acho que, de forma geral, esse cuidado dessa família tem que ser exercitado pelos responsáveis pela unidade de apoio à família. Então esse cuidado é olhar se está tendo, se essa família está em sofrimento, se aquela, se essa criança está em sofrimento. (P1)*  
*Então o atendimento com o aluno, ele pode, e acredito que até deva, trazer esse suporte aí a essa, a, a esse aspecto que esse aluno tem mostrado diante do seu grupo, na escola, ou no próprio atendimento, na sala de recursos ou na família, né, a forma com que ele tem mostrado suas dificuldades, eu acredito que a unidade de atendimento*



*à família é o que vai dar o suporte, o respaldo, é o cuidar, desse adolescente nesse momento. (P1)*

*Ele pode identificar, fazer uma avaliação através de testes psicométricos e de outros instrumentos também, sobre a área de interesse do aluno. (P2)*

*Ele pode orientar os professores de salas de recursos e oficinas, os professores que atendem esses alunos quanto às questões pessoais e de personalidade que podem estar influenciando aí no comportamento dessa criança ou do adolescente. (pausa) (P2)*

Aspesi (2007) ressalta que mais do que o recebimento de informações e orientações, os pais também sentem necessidade de conhecerem outros pais de superdotados para trocarem experiências. Quando o psicólogo escolar organiza grupos de pais com o objetivo de oferecer momentos de informações sobre as AH/SD, esclarecimento de dúvidas, de apoio e de trocas de vivências, poderá contribuir para o alívio de angústias e dúvidas dos pais, assim como favorecer um maior envolvimento da família no contexto escolar e conseqüentemente no desenvolvimento cognitivo e emocional do filho.

De acordo com o Documento Orientador: Execução da Ação (BRASIL, 2006), o profissional indicado para a Unidade de Apoio à Família dos NAAH/S é o psicólogo ou psicopedagogo com formação ou experiência no atendimento à família, na área educacional e em AH/SD. Esse profissional poderá realizar grupos de pais, palestras, seminários, atendimentos individualizados, contribuindo para, além da melhor compreensão dos pais sobre as características de seus filhos, maior envolvimento e participação destes com o trabalho realizado tanto no serviço especializado quanto no ensino regular. Quando necessário, também poderá realizar procedimentos avaliativos para a identificação do aluno com indicativos de AH/SD. Uma das participantes da pesquisa expressa claramente a proposta do serviço:

*Acho que o psicólogo tem um papel fundamental no relacionamento com a família, abrindo um espaço pra que esses pais se coloquem, então, através de entrevistas, de um espaço pra conversar, não uma psicoterapia, que eu acho que essa não é a função do psicólogo do NAAH/S, né, mas ele poder captar quais são as dificuldades que essa família está passando que pode estar influenciando o desempenho do seu filho (P2).*

Apesar do reconhecimento da necessidade de oferta de um atendimento à família, o profissional também vivencia muitas dificuldades para o alcance dos objetivos do trabalho. Um deles já foi destacado por uma das participantes que, ao ofertar um espaço por meio de grupo de pais, observou que a frequência deles não foi satisfatória. Outras dificuldades também foram apresentadas pelas entrevistadas:

*Primeiro deles é essa questão da formação, eu acredito que nem todos os profissionais, dificilmente a gente encontra um profissional da psicologia com essa formação ou um conhecimento na área das AH/SD, então vai ter que ser um caminhar, um voo aí, uma aprendizagem no percurso, uma formação do conhecimento dessa área da superdotação como, tem sido discutido na atualidade, é, com mais profundidade a partir de agora. Esse é um ponto. (P1)*





*[...] realmente tem pouco material em nível de mestrado, nada sobre, especificamente a família do aluno com altas habilidades no NAAH/S, do trabalho do profissional na unidade de atendimento a família, não existe, né, dissertação, tese, que abranja esse conteúdo e, pouquíssimos artigos ou trabalhos apresentados em congressos [...]. (P2)*

*[...] Mas muitas vezes o psicólogo trabalha às cegas, ele vai construindo o trabalho dele e vai adquirindo experiência muitas vezes sem ter um suporte da, é, (pausa) do órgão governamental, né, então isso seria uma dificuldade. (P2)*

*Eu vejo como um trabalho solitário, que deveria ter mais troca entre os, as unidades de atendimento a família de todos os NAAH/S, pra justamente trocar experiências, o que é que os outros estão fazendo, o que é que eu estou fazendo, como eu posso, é, melhorar e implementar novas atividades que podem colaborar com o desenvolvimento da unidade. (P2)*

Os relatos acima apresentados indicaram que as dificuldades vivenciadas pelo profissional da Unidade de Apoio à Família estão mais voltadas para a formação inicial e continuada, pela falta de cursos, literaturas e pesquisas específicas que possam embasar teoricamente o serviço de atendimento à família do aluno com AH/SD do que o atendimento à família propriamente dita. Para Delou (2007), a garantia dos direitos na área das AH/SD não depende apenas de leis, resoluções e políticas públicas nacionais, mas também de formação continuada e constante aos professores e profissionais da educação, tanto para os que atuam em atendimento educacional especializado, quanto para os que estão na rede regular de ensino.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observa-se tanto por meio da literatura especializada quanto dos relatos das participantes entrevistadas, a importância da família ser acompanhada, orientada e se envolver no trabalho pedagógico oferecido ao seu filho no ensino regular e no atendimento educacional especializado. Entretanto, a dificuldade em lidar com as altas habilidades/superdotação não é vivenciada apenas pelos familiares, mas também pelo profissional responsável pelo atendimento a essas famílias, indicando urgência na formação continuada e pesquisas voltadas para a família e a Unidade de Apoio à Família dos NAAH/S.

Considera-se de fundamental importância que já nos cursos de graduação em psicologia, seja incluído o estudo das AH/SD e a questão da família, pois além de contribuir com a formação inicial desses profissionais, pode despertar o interesse pela área, desmistificar seus mitos, desenvolver um olhar diferenciado para os alunos que apresentam indicativos de AH/SD. Poderá contribuir para o surgimento de futuros pesquisadores, o estabelecimento de parcerias entre os núcleos e as universidades e o crescimento de estudos e conhecimentos sobre as altas habilidades/superdotação.

## **REFERÊNCIAS**



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

ASPESI, C. C. A Família do Aluno com Altas Habilidades/Superdotação. In: FLEITH, D. S. (org). *A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação: o aluno e a família*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007, p. 31-47.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BRASIL. *Decreto Nº 7.611*, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-Decreto/D7611.htm#art11). Acesso em 17/08/2012.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica - SEESP/MEC* – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001.

\_\_\_\_\_. *Documento orientador: execução da ação*: Brasília: MEC, SEESP, 2006, p. 11, 22.

\_\_\_\_\_. *Lei Nº 5692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Poder Executivo. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5692.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm). Acesso em 12/09/2010.

\_\_\_\_\_. *Lei Nº 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/default.htm>. Acesso em 12/09/2011.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva SEESP/MEC* – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.

\_\_\_\_\_. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/constituicao/Con1988br>. Acesso em 13/09/2011.

CHAGAS, J. F.. Conceituação e fatores individuais, familiares e culturais relacionados às altas habilidades. In FLEITH, D. S.; ALENCAR, E. M. L. S. (orgs). *Desenvolvimento de talentos e altas habilidades: orientação a pais e professores*. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 15-23.

CIANCA, F. S. C.; LYRA, J. C. e MARQUEZINE, M. C. *A produção científica sobre altas habilidades/ superdotação contida nos periódicos indexados*. In Congresso Brasileiro de Educação Especial e VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação Especial, 4, 2010, São Carlos. *Anais...* São Carlos/SP: UFSCAR, 2010.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

DELOU, C. M. C. Educação do aluno com altas habilidades/superdotação: legislação e políticas educacionais para a inclusão. In: FLEITH, D. S. *A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação: orientação a professores*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007, p. 25-39.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo/SP: EPU, 1986.

MOREIRA, L. C.; LIMA, D. M. M. P. Interface entre os NAAH/S e Universidade: um caminho para inclusão de alunos com altas habilidades/superdotação. In: MOREIRA, L. C.; STOLTZ, T. (orgs). *Altas habilidades/Superdotação, talento, dotação e educação*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 143-153.

PÉREZ, S. G. P. B. O atendimento educacional ao aluno com altas habilidades/superdotação na legislação da região sul do Brasil: os lineamentos para concretizar uma quimera. In: FREITAS, S. N. (Org.). *Educação e Altas Habilidades/Superdotação: a ousadia de rever conceitos e práticas*. Porto Alegre: UFSM, 2006.

PÉREZ, S. G. P. B.; FREITAS, S. N. *Estado do conhecimento na área de Altas Habilidades/Superdotação no Brasil: uma análise das últimas décadas*. In: Reunião Anual da ANPED, 32. 2009, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Anped, 2009. s/p. Disponível em: [http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/trabalho\\_gt\\_15.html](http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/trabalho_gt_15.html). Acesso em 17/08/2012.

RANGNI, R. A.; COSTA M. P. R. Altas habilidades/Superdotação: entre termos e linguagens. *Revista de Educação Especial*. Santa Maria/RS, v. 24, n. 41, p. 467-4826, set/dez, 2011. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>.

SAKAGUTI, P. M. Y.; BALSANELLO, M. A. A família e o aluno com altas habilidades/superdotação. In: MOREIRA, L. C.; STOLTZ, T. (orgs). *Altas habilidades/Superdotação, talento, dotação e educação*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 221-235.

SILVA, P. V. C.; FLEITH, D. S. A influência da família no desenvolvimento da superdotação: a família e o indivíduo superdotado. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE*. v. 12, n. 2, p. 377-346, jul/dez, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 16/06/2012.